

A recuperação da economia brasileira: uma falsa euforia¹

Francisco Luiz Corsi²

1- Introdução

O do PIB do Brasil no primeiro trimestre de 2021, segundo o IBGE, cresceu de 1,0% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. De imediato, o governo Bolsonaro tratou de anunciar a retomada em V da economia e a correção de sua política econômica. O mercado também ficou eufórico, e muitos analistas já preveem um crescimento da ordem de 5% em 2021. Os meios de comunicação favoráveis ao governo e as redes bolsonaristas na internet também propagandearam a saída da crise, pois a economia voltou ao nível de 2019. (IBGE, 2021).

Há razão para essa euforia?

Para discutir essa questão é preciso situarmos a economia brasileira em uma perspectiva temporal mais ampla, além de analisarmos outros indicadores. A síntese apresentada a seguir tem o caráter de notas introdutórias acerca do tema. O texto está dividido em mais três itens, além dessa curta introdução. No próximo item, discutimos a trajetória da economia brasileira nos últimos 40 anos e a sua inserção na economia mundial. Em seguida, abordamos os impactos da pandemia do Coronavírus na economia brasileira. Por último, tecemos algumas observações gerais à título de conclusão.

¹ Este texto, escrito em fins de junho de 2021, foi apresentado no XXI Fórum de Análise de Conjuntura “Covid19: América Latina e os impactos multidimensionais da pandemia”, na mesa Conjuntura Econômica Brasileira. Não fizemos qualquer alteração, apesar de desdobramentos posteriores terem trazidos outros elementos para a reflexão sobre a situação atual da economia brasileira. Consideramos, no entanto, que no fundamental as colocações aqui apresentadas continuam a se sustentar.

² Professor de Economia Brasileira e Economia Política da Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

2- A economia brasileira: baixo crescimento e estagnação

A economia brasileira apresenta um padrão de acumulação de capital marcado por um baixo crescimento econômico desde a década de 1980. Esta tendência possui causas estruturais profundas, que não seria possível discutir aqui. Mas caberiam algumas observações. Esta tendência deve-se sobretudo ao esgotamento do desenvolvimentismo, que ruiu sob peso de suas contradições e das pressões externas advindas com a mundialização do capital. Mundialização que foi uma tentativa de resposta à crise estrutural do capitalismo desencadeada na década de 1970, cuja causa subjacente encontra-se na queda da taxa de lucro. Mundialização que implicou na reestruturação produtiva, na precarização das condições de vida e trabalho, no desmonte do Estado de bem-estar-social e na reconfiguração espacial do capitalismo, que abriu um novo espaço de acumulação na Ásia, em especial na China. Da crise do desenvolvimentismo também emergiu uma correlação de forças favorável à maior integração da economia brasileira ao capitalismo global, evidentes nas eleições de Collor e FHC. Um dos resultados desse processo foi a adoção de políticas econômicas neoliberais, pautadas pela desregulamentação e abertura comercial e financeira da economia, pelos processos de privatizações e redução do papel do Estado na atividade econômica e pelo ataque aos direitos trabalhistas e sociais.

O Brasil se inseriu de forma cada vez mais subordinada e dependente na economia mundial, abdicando de qualquer autonomia nacional. No capitalismo global observa-se uma tendência de queda da lucratividade, que entre outros aspectos, levou a uma ofensiva do capital contra o trabalho e ao aprofundamento da exploração do trabalho, o que resultou no incremento da desigualdade social e na piora das condições de vida e trabalho, além de ataques aos direitos sociais, as políticas sociais, a democracia e ao meio ambiente em âmbito mundial.

O Brasil acompanhou esses processos. Também apresentou uma tendência de queda da lucratividade que está na base do baixo dinamismo da economia brasileira. Em decorrência dessas e de outras determinações o Brasil, nas últimas quatro décadas, vive um processo de regressão de sua estrutura produtiva, caracterizado pela desindustrialização e pela reprimarização das exportações. Ademais persistem os históricos e graves problemas de miséria e desigualdade social (Prado, 2017; Marquetti; Hoff; Miebach, 2017).

Depois de ter crescido, entre 1930 e 1980, na chamada fase desenvolvimentista, 6,31% a.a., a economia brasileira cresceu no período neoliberal, entre 1990 e 2020, 2,1%. Neste mesmo período, a renda per capita cresceu menos que 1% em média por ano. O governo Lula representou uma descontinuidade passageira nesta tendência, pois a atividade, entre 2003 e 2010, cresceu cerca de 4% em média ao ano. Grosso modo, isto se deveu ao boom de *commodities*, a flexibilização da política macroeconômica neoliberal e a adoção de políticas votadas para estimular o mercado interno e para enfrentar os graves problemas sociais. Isto também só foi possível graças à alteração na correlação de forças entre as frações das classes dominantes, com aumento do peso político dos setores vinculados ao mercado interno, em detrimento do capital financeiro e do capital estrangeiro, diante do fracasso das políticas implementadas por FHC e do crescente descontentamento popular (Prado, 2017; Sampaio Jr., 2020; Camargo, 2015, p. 106; Filgueiras, 2018, Corsi, 2018).

A crise mundial aberta em 2008 e seus desdobramentos, em especial o fim do boom de *commodities*, somada a queda dos lucros, ao acirramento das contradições econômicas e políticas e aos equívocos na condução da política econômica, evidenciaram os limites desta fase. Entre 2011 e 2014, a economia apresentou um crescimento médio de 2,3% ao ano. Em 2015 e 2016, o Brasil enfrentou grave recessão, recuperando-se em 2017, mas o crescimento até 2019 foi pífio, de tal forma que entre 2015 e 2019 o crescimento médio anual do PIB foi de cerca de -0,5%, o que caracteriza uma estagnação (Camargo, 2015, p. 106; Prado, 2017, p. 479; Filgueiras, 2018, Corsi, 2018).

A economia estava desacelerando quando foi atingida pela crise mundial desencadeada pela pandemia. Em 2019, o crescimento do PIB foi de 1,41%, depois de crescer 1,30% em 2017 e 1,78%, em 2018. No primeiro trimestre de 2020, o PIB sofreu uma contração de 0,27% (IPEA Data, 2021). A economia não estava alçando voo antes da pandemia como afirmava o discurso oficial.

3- A economia brasileira diante da pandemia

Os efeitos da crise vinculada ao COVID 19 se fizeram sentir com força no segundo trimestre de 2020. Ao que se somou os efeitos da profunda retração da economia mundial.

O PIB, neste trimestre, declinou 10,90% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. A taxa de desemprego atingiu a cifra de 14,6% em setembro (IBGE, 2021).

Estes números indicam a profundidade da crise que se abateu sobre a economia brasileira. Diante desse quadro e das pressões de diferentes setores, o governo Bolsonaro foi obrigado a imprimir mudanças na sua política econômica ortodoxa.

Não sem muita hesitação e procrastinação, o governo Bolsonaro foi obrigado a adotar medidas para combater a crise. O governo, avaliando que o problema da COVID 19 seria passageiro, nutria a esperança de rapidamente superar a crise e manter a política de austeridade. Mesmo quando ficou evidente a falácia dessa avaliação, manteve sua postura negacionista.

Coube ao Congresso Nacional, diante da situação de calamidade pública, tomar a iniciativa e aprovar medidas de maior alcance para o enfrentamento da crise. A principal medida para minorar a queda da atividade foi a aprovação do Auxílio Emergencial para os trabalhadores desempregados e informais e para os microempreendedores individuais, dividido em cinco parcelas de R\$ 600,00 e mais quatro de R\$ 300,00. Esta medida atingiu quase de 70 milhões de pessoas e injetou cerca de R\$ 300 bilhões na economia, sendo de suma importância para evitar uma crise mais aguda. O Congresso também aprovou o chamado orçamento de guerra, que permitiu para o ano de 2020 flexibilizar o teto de gastos no que se referia aos dispêndios relativos à pandemia. Outra medida importante foi a flexibilização da chamada “regra de ouro”, que proíbe a contratação de novas dívidas para financiamento de gastos correntes. Entretanto, o teto dos gastos públicos, que representa um dos pilares centrais da defesa dos interesses das classes dominantes, em particular do sistema financeiro, não foi abolido.

Cabe destacar ainda as seguintes medidas: 1- Recursos adicionais para o Ministério da Saúde; 2- Recursos para o financiamento da folha salarial, referentes às medidas que permitiam a suspensão dos contratos de trabalho e da redução de jornada com salários reduzidos; 3- Transferência de recursos para estados e municípios; 4- Injeção de liquidez na economia, sobretudo para proteger o sistema bancário (Corsi, 2021).

Estas medidas evitaram uma crise ainda mais aguda, mas não impediram a queda de 4,1% do PIB, uma das mais profundas na história da economia brasileira. No último trimestre de 2020, a taxa de desemprego alcançou a cifra de 13,9%, contra 11,0% no mesmo período do ano anterior. Em 2014, a taxa tinha sido de 6,5%. No primeiro trimestre de

2021, o desemprego alcançou 14,7% da força de trabalho, o que representa 14,8 milhões de desempregados, ao que se somam 6 milhões de desalentados. Dessa forma, são mais de 20 milhões de pessoas sem emprego. A taxa de subutilização da força de trabalho atingiu, neste período, 29,7% da força de trabalho. A taxa de informalidade em fevereiro de 2021, alcançou 39,5% do mercado de trabalho, o que corresponde 34,029 milhões de trabalhadores. Entre o primeiro trimestre de 2020 e o de 2021, o índice Gini saltou de 0,642 para 0,674. Neste mesmo intervalo de tempo, a renda média per capita declinou 11,35%, de R\$ 1.122 para R\$ 995,00, não só em virtude da recessão, mas também devido à crescente inflação, que tem subido desde junho do ano passado. Estes dados indicam a gravidade da situação econômica e social do país (IBGE, 2021; FGV, 2021).

Todavia, a economia começou a se recuperar a partir do terceiro trimestre de 2020. No primeiro trimestre de 2021, em relação ao primeiro trimestre do ano anterior a economia cresceu 1,0% e em relação ao último trimestre 1,2% (IBGE, 2021).

Estes números precisam, no entanto, ser vistos com cautela, pois eles estão distorcidos por um efeito estatístico, dado que a base de comparação é muito baixa. Também estão inflados devido à elevação dos preços. Se considerarmos os últimos 12 meses, o PIB apresenta uma contração de 3,8%. Ademais, recuperar o nível de atividade econômica do final de 2019 não é muito significativo, dado que a economia estava praticamente estagnada. É importante frisar que o PIB do primeiro trimestre de 2021 encontra-se 3,1% abaixo do registrado no primeiro trimestre de 2014.

Porém, cabe indagar acerca das razões dessa recuperação. De modo geral, ela se deveu sobretudo à expansão da agropecuária, ao auxílio emergencial, à queda da taxa de juros, à ampliação do gasto público, ao bom desempenho da balança comercial, às medidas voltadas para ampliar a liquidez e ao relaxamento do isolamento social, que custou milhares de vidas. Também contou a adequação das empresas à nova situação, em particular com a expansão dos serviços online.

O setor agropecuário, entre o primeiro trimestre de 2020 e o primeiro do ano seguinte, cresceu 5,2%, puxando a retomada. Este desempenho contou com a elevação dos preços das *commodities* e com a desvalorização da moeda. Esta elevação de preços acarretou a melhora dos termos de troca. A indústria extrativa também se beneficiou destes fatores. Embora o peso da agropecuária no PIB seja relativamente pequeno (6,8%, em 2020), a cadeia produtiva do setor representa cerca de 20% do PIB. Outro setor que teve um

desempenho positivo foi o industrial, que cresceu no mesmo período, 3,0%, enquanto os serviços, que representam 72,8% do PIB, apresentaram uma contração de 0,8%. A construção civil declinou 0,9%. O baixo desempenho desses dois setores, que empregam grande quantidade de mão-de-obra, ajuda a explicar os elevados índices de desemprego (IBGE,2021; CEPEA, 2021).

Sob a ótica das despesas, em relação ao primeiro trimestre de 2020, observa-se uma queda do consumo das famílias de 1,7%, em virtude da inflação em alta, do fim do auxílio emergencial e do desemprego elevado. Também se observa uma queda no consumo do governo de 4,9%, enquanto a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) teve um incremento de 17,0%. Apesar do crescimento da produção de bens de capital e do desenvolvimento de softwares, esse número está distorcido, pois o IBGE contabiliza a formação de estoques como investimento, e esta foi forte no primeiro trimestre de 2021 (IBGE,2021; IPEA, 2021).

Qual o fôlego dessa recuperação? As previsões devem ser vistas com reservas. Muitos analistas já apontam um crescimento de 5% em 2021. De qualquer forma, os indícios sugerem uma retomada desequilibrada, incapaz de incrementar o emprego e a renda de maneira mais sustentável. Mesmo que a economia cresça em torno de 5%, esse crescimento é em certo sentido ilusório, pois distorcido pelo carregamento estatístico do ano anterior, que segundo alguns analistas explicaria cerca de 4% desse resultado.

Difícilmente a formação de estoques ocorrerá ao longo do ano na mesma proporção do primeiro trimestre, o que fará com que a elevação da FBCF seja modesta, ainda mais em um contexto no qual a capacidade ociosa encontra-se no patamar de 20% e o endividamento das empresas é elevado. Ademais, a taxa de lucro, segundo Marquetti (2017), tem apresentado uma tendência de queda de longo prazo no Brasil, do patamar de 80%, em meados dos anos de 1950 para 20% no final da década de 2010. Dessa forma, acumulação está em marcha lenta, o que impacta diretamente no nível de emprego e dos salários.

Nestas circunstâncias o consumo é limitado. Tudo indica que o desemprego permanecerá elevado por um longo período. O endividamento das famílias também é alto. O crescimento do consumo também é afetado pela elevação dos preços, que corrompem o poder aquisitivo, particularmente dos mais pobres.

A retomada da economia vem sendo acompanhada de crescente inflação, que supera as metas estabelecidas pelo Banco Central. O IPCA acumulado no ano de 2021 até maio foi

de 3,22% e o acumulado em doze meses é de 8,05%, sendo que o teto superior da meta é de 5,25% (IBGE,2021; IPEA, 2021). Esta tendência deve-se fundamentalmente ao seguinte: 1- à desvalorização da moeda; 2- à problemas de fornecimento de insumos em decorrência da desorganização de cadeias produtivas no contexto da pandemia; 3- ao incremento do preço da energia elétrica; 4- à elevação dos preços dos alimentos; 5- elevação dos preços das *commodities*.

Outro elemento que pode também incidir sobre a recuperação da economia é o comportamento dos preços das *commodities*, sobre o qual não temos controle. Em que medida estamos diante de um boom de *commodities* de longa duração? Talvez seja cedo para darmos uma resposta definitiva. Nas últimas semanas, os preços de algumas *commodities*, como a soja, têm mostrado forte instabilidade. Um eventual esmorecimento desses mercados, assim como a seca, poderá afetar a agropecuária o setor mais importante para a recuperação em curso. Por outro lado, um boom de *commodities* vigoroso poderá abrir a possibilidade de um crescimento mais substantivo da economia brasileira. Parece que é nesta possibilidade que aposta Guedes.

Diante da persistente elevação da inflação, não obstante esta não decorrer de pressões de demanda, que se encontra retraída, o Banco Central, prezo a política de metas, iniciou um aperto monetário em março de 2021, a taxa SELIC está hoje em 4,25%, depois de ter permanecido em 2% desde agosto de 2020. Um dos objetivos dessa medida é atrair o capital estrangeiro de volta para as aplicações especulativas e, assim, valorizar a moeda. A valorização também seria impulsionada pelo bom desempenho das exportações. Dessa forma, a valorização da moeda contribuiria para segurar as pressões inflacionárias, ao mesmo tempo em que os interesses financeiros e rentistas seriam contemplados pela elevação dos juros. A política macroeconômica neoliberal, que expressa sobretudo os interesses do capital financeiro, baseada em metas de inflação, equilíbrio fiscal, câmbio flexível e agora acrescida do teto dos gastos públicos, continua intocada.

Entretanto, esta política terá vários efeitos colaterais. Um deles será a deterioração das finanças públicas. A elevação dos juros também afetará negativamente o investimento. Também afetará negativamente o consumo. Ademais, o governo Bolsonaro parece imprimir um aperto fiscal. Nos cinco primeiros meses do ano, observa-se um superávit primário. Portanto, indícios sugerem que a política econômica adotada pode limitar a já problemática recuperação da economia.

4- Considerações finais

Enfim, tudo indica que a atual recuperação da economia é frágil e não conseguirá impulsionar um crescimento acelerado e inclusivo. Continuaremos tendendo para o baixo crescimento como nos últimos 40 anos, o que agravará as contradições econômicas, políticas e sociais.

A posição periférica do Brasil no capitalismo global em crise e a correlação de forças desfavorável aos trabalhadores estreitam as possibilidades de desenvolvimento do país. O projeto da burguesia dependente e subalterna é de um país primário exportador com um setor financeiro robusto, sustentado na valorização fictícia do capital, sobretudo por meio da especulação com títulos da dívida pública. Neste projeto, não existe espaço para as classes populares. Não há espaço para políticas sociais abrangentes, que enfrentem os históricos problemas da desigualdade social e da miséria, como também não há espaço para a defesa do meio ambiente e para uma democracia substantiva.

5- Bibliografia

BARBOSA, Nelson. Qual foi o impulso fiscal de 2020? Folha de São Paulo, p. A22, 28/05/2021.

BASTOS, Pedro P. Z. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil. Campinas, IE-UNICAMP, Texto para Discussão, n. 258, 2015.

BCB - Banco Central do Brasil, 2021. Disponível em www.bcb.gov.br.

BELUZZO, Luiz G.M.; GALÍPOLO, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo**. Campinas: FACAMP, 2017.

CNI. Indicadores industriais. Rio de Janeiro, n.9, 2021.

CAMARGO, José M. Evolução recente da economia brasileira e distribuição da renda. In: CORSI, Francisco L. ;CAMARGO, José M.; SANTOS, Agnaldo (Orgs). **A conjuntura**

econômica e política brasileira e argentina. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.

CARVALHO, Laura. **Valsa Brasileira.** Do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CORSI, Francisco L. A crise econômica brasileira: a questão do fundo público. In: CORSI, Francisco; SANTOS, Agnaldo e CAMARGO, José M. (Orgs.). **A conjuntura brasileira e latino-americana em um contexto de crise.** Bauru: Canal 6, 2017.

_____. Da recessão à frágil recuperação: uma análise da política econômica (2015-2018). **Perspectivas**, São Paulo, v. 52, p. 29-46, jul-dez, 2018.

_____. A economia brasileira em tempos de pandemia. In: Corsi, F. L.; Santos, A.; Mendonça. M. G. (Orgs.). **A conjuntura latino-americana.** Instabilidade e resistência. Marília: Praxis, 2021.

FILGUERAS, L. **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e o processo de desindustrialização.** Rio de Janeiro: Centro Celso Furtado, 2012.

_____. Padrão de reprodução do capital e capitalismo dependente no Brasil atual. **Caderno CRH**, Salvador, v.31, n.84, p. 519-534, set/dez 2018.

GONÇALVES, Reinaldo. **Desenvolvimento às avessas.** Rio de Janeiro: LTC, 2013.

IBGE. Série Estatísticas, 2021. Disponível em [www.http://seriestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=12](http://seriestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=0&no=12).

_____. Contas nacionais trimestrais, 2021. Disponível em https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/5452d8356484c9bf115862b4f64d9079.pdf.

IEDI. Grau de industrialização do Brasil e do Mundo. Disponível em https://iedi.org.br/artigos/destaque/2017/destaque_iedi_20210621.html -. Consultado em 28/06/2021.

IPEA. DATA, 2019. Disponível em www.ipeadata.gov.br .

MARQUETTI, A . A . ; HOFF, C.; MIEBACH, A . Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira, 2017.

_____; Porse, M. Padrões de mudança técnica nas economias latino-americanas: 1963-2008. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.26, n.2 (60), p. 459-482,

2017.

PRADO, E. F. S. Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v.37, n. 3 (148), p. 478-503, jul/set 2017.

ROBERTS, Michael. **The long depression**. Chicago: Haymerbooks, 2016.

SAMPAIO JR., Plínio de A. Na ausência de um projeto de nação, o Brasil revelou-se particularmente vulnerável aos efeitos destrutivos da globalização. Disponível em: <https://aterraéredonda.co.br>. Consultado em 01/07/2021.

SICSÚ, João. **Dez anos que abalaram o Brasil**. Rio de Janeiro